

Introdução

Uma das intrigantes marcas da cultura literária portuguesa, ainda por investigar e demonstrar, é a aparente ausência de explícitas formulações textuais, de claras opções narrativas categorizáveis no subgénero literário da utopia. A designação de uma tipologia de textos que faz derivar a sua discreta constituição temática a partir do título epónimo e do programa narrativo inventados por Thomas More não parece ter sido integrada e recriada diacrónica e sistematicamente pelo sistema literário nacional português. Enquanto noutras literaturas vernáculas, em particular a inglesa, há uma discernível linha de continuidade na concretização da evolução do género narrativo utópico desde que em 1516 o humanista inglês publicou, em latim, *O Verdadeiro Livro Aurífero Acerca do Óptimo Estado de Uma República e Acerca da Nova Ilha da Utopia*, ou seja, enquanto noutras literaturas nacionais europeias se regista, com maior ou menor consciência formal e valor literário, uma pontuada e articulada criação de textos cuja principal motivação temática-retórica se orienta para a descrição positiva ou satírica de uma sociedade imaginada que funciona como contraponto ideal à sociedade real historicamente dada, na literatura portuguesa, e à excepção de uma recente incursão ficcional (1998) da autoria de Pina Martins, *Utopia III*, parece não haver notícia de nenhum relevante exemplar do género, menos ainda de uma identificável tradição narrativa

reverberadora do cultivo dessa forma específica do campo literário. Não há dicionário bibliográfico, não há história da literatura, não há estudo académico da especialidade que indiquem a ocorrência em língua portuguesa europeia de uma utopia formulada a partir do modelo incoado por Thomas More. E, contudo, a génese desse modelo deve tanto às descobertas marítimas portuguesas: (i) desde logo por se constituir o mar em figura, prenúncio, imagem ou promessa de uma indeterminável alteridade (razão simbólica); (ii) depois, porque ele desempenha uma função imprescindível na sintaxe das clássicas narrativas utópicas enquanto espaço de transição entre o mundo real conhecido e o mundo ideal imaginado (razão retórica); por fim (iii), por terem sido as revelações geográficas quinhentistas levadas pioneiramente a cabo por navegadores portugueses que estiveram na origem da atribuição, por Thomas More, da nacionalidade portuguesa à personagem do marinheiro Rafael Hitlodeu, o narrador e primeiro visitante da ilha da Utopia (razão histórica).

As razões para o facto de o género narrativo utópico não ter sido cultivado em Portugal com uma visibilidade digna de nota devem ser múltiplas e certamente devem convocar parâmetros de explicação de índole, histórica, sociológica, ideológica, cultural, literária, que vão desde a indexação de a *Utopia* de More nos catálogos dos livros proibidos pela Inquisição quinhentista e seiscentista (razão ideológica-cultural), até ao desinteresse puro e simples dos nossos escritores mais representativos por

um género literário esteticamente controverso e até limitado quanto às suas virtualidades narrativas (razão estética-cultural), passando pelo facto de uma tão pequena nação se ter dispersado territorialmente por outros espaços culturalmente tão diferenciados, isto é se ter transportado (utilizando uma expressão de António Sérgio) – com maior ou menor sentido de tolerância ideológica e de relacionamento com a alteridade étnico-cultural – para os antípodas geográficos e civilizacionais de si, nesse processo praticando, de facto, e de modo pioneiro, e não ficcionalmente, e de modo sucedâneo, uma das regras generativas da sintaxe narrativa da utopia, ou seja praticando a viagem para o não-ainda assinalado lugar outro (razão histórico-cultural). Mas outras razões históricas, para além da censura e do transporte, devem existir para justificar a ausência da composição sistemática de narrativas utópicas na literatura portuguesa, e que, muito provavelmente, têm a ver com profundas idiossincrasias na cultura política e na mentalidade nacionais, nomeadamente, numa certa indiferença para com o conceito moderno de cidadania ou num certo alheamento colectivo de participação cívica no modelo racionalista-sociológico da ideia de comunidade (consequentemente, numa ausência de identificação com um sistema de organização e de administração social não mitificado, abstracto e objectivamente impessoal) em proveito de um apelo emotivo-psicológico por uma imagem matricial da nação, indutora de práticas político-administrativas baseadas nas afinidades de sangue, nos

laços de família, de classe, de partido, no apelo sagrado da terra ou da região, e com efeitos ambivalentes (umas vezes socialmente retrógrados, outras vezes solidariamente humanos) quanto à eficiência e à justiça global da organização e administração da vida colectiva do país. Ora a utopia narrativa ficcional é, fundamentalmente, um precipitado imaginário determinado por uma visão sociológica e racionalista da organização comunitária, um desenho de um projecto de sociedade que se contrapõe à ordem instituída; não é propriamente, como sucede com elevado grau de pertinência na história da cultura literária portuguesa, uma representação idealizada de uma nação em cuja história se descortina um papel providencial capaz de justificar e reconhecer os malogros e as desordens políticas conjunturais (desordens que, no veio do milenarismo utópico da cultura portuguesa, tanto o Padre António Vieira, como Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, entre outros, não deixaram obviamente de sublinhar, vendo nesse caos um sinal apocalíptico da vocação messiânica da nação portuguesa). Na utopia narrativa ficcional exhibe-se a proposta de um modelo social considerado mais perfeito que o modelo histórico vigente, não se comunica a convicção de um modelo ideal de nação que funcione como sinédoque das qualidades, potencialidades e vocações teleológicas humanas.

Registe-se, então, esta primeira aporia: a história do país/nação Portugal, que, pela qualidade precursora das suas descobertas marítimas,

inspirou culturalmente a gênese de uma forma literária orientada para a representação ficcional da alteridade social ideal, que motivou a invenção de uma sintaxe narrativa em que se atribui uma função determinante ao sujeito narrador incumbido de descrever o funcionamento da boa sociedade (recorde-se que é a personagem do marinheiro português Rafael Hitlodeu, inventada por Thomas More, quem detém, na história universal da literatura, o estatuto narrativo de primeiro visitante a penetrar “in terram utopicam”), fê-lo de modo involuntariamente diferido, como pre-texto, pelo punho do humanista inglês, em língua universal latina, mas raramente inspirou, com deliberada motivação sociológica e qualificada intenção estética, a prática como texto dessa forma literária na sua língua vernácula.

Uma curiosa exceção, entre um conjunto de outros textos em fase heurística de inventariação em arquivos e bibliotecas nacionais, é uma pequena narrativa, *Irmânia*, publicada em 1912, do polígrafo Ângelo Jorge (1888-1922), autor cuja obra literária é referenciada quer no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, ampliado por Brito de Aranha e revisto por Gomes de Brito e Álvaro Neves, (Tomo XXII ou XV do Suplemento, 1923, 103-104), quer no mais recente *Dicionário de Autores Portugueses*, coordenado por Eugénio Lisboa (Vol. III, 1994, 279-80).

Não sendo Ângelo Jorge um autor reconhecidamente maior, nem alcançando *Irmânia* o nível de uma obra-prima ignorada da literatura

portuguesa, é legítimo questionar a oportunidade e o sentido da sua reedição, a nosso ver, incomensurável com o mero propósito de divulgação de uma curiosidade bibliográfica. É, por conseguinte conveniente, para legitimar tal oportunidade e sentido, fazer aqui apelo a uma certa área ou subdomínio de estudos prosseguidos pela literatura comparada. A ampla e dinâmica conformação do objecto desta disciplina académica contemplou, desde as suas origens, o estudo dos autores “minores” e “minimi”. Não propriamente com a finalidade de realizar um inventário hierarquizado e enciclopédico da onomástica e da bibliografia da literatura universal, conforme ao conceito ideal da *Weltliteratur* de Goethe, mas para avaliar a importância relativa do lugar e da função que tais autores e obras ocupam quer no processo de circulação inter-nacional das formas literárias, das poéticas e das doutrinas estéticas, quer na definição e na recomposição do cânone literário. É, justamente, na medida em que um estudo transnacional, ou mesmo nacional, da utopia literária pode revelar particularidades e aspectos originais de autores e obras exteriores ao repertório consagrado, porém, susceptível de ser ampliado e reconfigurado, que se justifica *in limine* reeditar *Irmânia* de Ângelo Jorge. Registe-se, então, esta segunda aporia: na história transnacional da utopia do primeiro quartel século XX, foi um autor menor português a (re)colocar, de modo involuntário, sem reconhecimento canónico nacional, a literatura portuguesa no mapa europeu da tradição literária utópica.

Irmânia, não surge, porém, como obra desgarrada no conjunto da produção diversificada do seu autor. Antes de a sondarmos, e para melhor compreendermos a sua génese, convirá fazermos uma digressão pela produção bibliográfica de Ângelo Jorge. Não sendo vasta, é suficientemente diversificada pelos géneros cultivados, do lírico ao narrativo, abrangendo o ensaio e a tradução. Apaixonada no tom e comprometida com as opções políticas, ideológicas e espirituais que foi protagonizando ao longo da vida, a motivação da escrita de Ângelo Jorge parece radicar tanto numa vontade romântica de dar expressão às suas inquietações existenciais como numa vocação doutrinadora de proselitismo militante. Se os títulos de poesia que publicou, *Penumbras* (1903), *Dor Humana* (1908), *Libertas!* (1908), *Espírito Sereno* (1912), *Visão da Eternidade* (1914), indicam a dominante óptica configuradora das discretas e dramáticas fases que pontuaram o seu percurso de autor de versos medidos pelo *pathos* das circunstâncias da sua hiper-sensibilidade, já os textos em prosa, quer ficcional – *Irmânia* (1912a) – *Almas de Luz* (1918) –, quer epistolar – *Beatrice* (1909) –, quer ensaística – *Olhando a Vida. Apontamentos de Crítica Social* (1910) – *A Questão Social e A Nova Ciência de Curar* (1912b) –, quer mesmo de natureza didáctica – *Ginástica Mental das Crianças* (1902), bem assim como as traduções que fez – *As Teorias Anarquistas* (1909) – *A Utopia Socialista* (1913) – *O Tesouro das*

Almas do Amor Divino (1915), testemunham a sua comprometida dedicação à variedade de causas que abraçou.

De livre-pensador anarquista, proponente de uma concepção materialista da explicação do mundo e da fenomenologia da história, a adepto assumido de uma interpretação espiritual e esotérica do significado e da realização última da vida, passando pela assunção do vegetarianismo e do naturismo como programas redentores dos males gerais da humanidade, Ângelo Jorge é autor de uma obra tematicamente polarizadora, dicotómica, aparentemente contraditória. Mas também informada por uma consciência que evolui numa escala crescente de solidariedade e simpatia pela condição social e existencial humana. Primeiramente, manifestando-se no plano político, orienta-se essa obra para a defesa dos direitos e para a libertação do “povo trabalhador”. É a fase compreendida, grosso modo, entre 1901 e 1910, que corresponde à sua actividade de publicista, empenhado em difundir o ideal libertário em periódicos de duração efémera, como a “revista literária” *Luz e Vida* ou como a revista de “propaganda livre” *Alerta*, ambas de 1905, e de tradutor de textos de conteúdo doutrinário. É também a fase em que publica os seus primeiros livros de poemas de desencanto íntimo e de denúncia social *Fugitivas* (1902) – *Penumbras* (1903) – *Dor Humana* (1908) – *Libertas!* (1908) e que culmina no seu livro de “apontamentos de crítica social” *Olhando a Vida* (1910). É, enfim, a fase em que se assume como opositor militante a uma ordem social tida por

iníqua e em que proclama a sua profética esperança no triunfo da revolução operária: “chega[rá] o dia em que todo o povo trabalhador cômscio do seu direito há-de recusar definitivamente os ombros à burguesia exploradora” (1910: 56). O ideal de justiça humana que persegue nessa época filia-se na teleologia anarquista de que “o estado está fadado a sucumbir para nunca mais” e de que em “seu lugar há-de algum dia fundar-se sobre a terra o Livre-Acordo” (1910: 7) ou a “Cidade ideal do Bom-acordo” (1910:45), como escreve noutro contexto.

A sua consciência solidária, sem abdicar da vontade de agir, evolui ulteriormente para um plano filosófico, inspirada que passa a ser pela doutrina que reconhece na unidade da natureza e do universo o fundamento último da acção profilática e curativa da medicina. É a fase balizada pela publicação, entre 1910 e 1913, de títulos que dão conta da sua adesão quer aos princípios terapeutas naturistas – cuja aplicação asseguraria a homeostasia e a regeneração das funções vitais, “Há um só princípio curativo na Natureza: a própria Natureza” (1912b: X) – quer às regras dietéticas ordenadoras de um regime alimentar frugívoro e vegetariano. Ângelo Jorge passa, então, a encarar a Natureza como intrínseca e duplamente benfazeja: na sua constituição elementar, ela fornece o método da “hidro-aero-foto-helioterapia” (1912b: XV) de preservação da saúde e de cura das doenças humanas; na riqueza orgânica da sua inesgotável variedade vegetal e frutífera, ela providencia os recursos suficientes para a

prática de uma alimentação racional, sem recurso ao sacrifício inútil, cruel e sistemático de seres animais. Preservando nesta fase o sentido ético e político da sua consciência social, Ângelo Jorge altera contudo o princípio de entendimento ou a razão suficiente da sua teoria explicativa sobre o desconcerto geral do mundo. De acordo com esta sua perspectiva informada por uma radical filosofia naturalista dietética e terapêutica, não é na “luta de classes que reside a totalidade do mal: é na luta humana. “Eu – afirma Ângelo Jorge – “não vejo castas que disputam a primazia no banquete social: vejo homens excitados, intoxicados, desvairados, doentes, doidos que se esmagam numa fúria de selvagens. O operário-escravo é um vicioso alcoólico, fumista, carnívoro tal como o capitalista-tirano. E o regougar filantrópico daquele não representa, a maior parte das vezes, se não a inveja e o despeito de não ser também do número dos que mandam” (1912b: 38).

Por fim, é no plano espiritual que as derradeiras obras de Ângelo Jorge, publicadas entre 1914 e 1918 – o livro de poemas *Visão de Eternidade* (1914), o livro de aforismos e hinos poéticos *Gritos de Prometeu I* (1915) e o livro de contos *Almas de Luz* (1918) – denotam, por efeito de uma conversão interior, de uma metanóia guiada por uma vontade de dissolução na unidade consubstancial da vida, a abertura da sua consciência ao sentido unitário e religioso do mundo: “Na Natureza nada é mudo, nada. / Tudo nos fala: selvas, ventos, mares. / Quem entende essa

oculta voz sagrada, / Escuta às vezes coisas singulares // Tudo tem vida oculta e misteriosa, / Desde o rochedo bruto ao cálix de uma rosa. / E em tudo, ignota assim, fala e palpita / Harmoniosamente, essa voz infinita” (1914a: 37-8).

Assinalemos pois esta terceira aporia, neste caso inscrita na obra literária publicada de Ângelo Jorge ou dela induzida pela análise do seu conjunto: autor de textos em prosa, informados pela filosofia materialista da história e do mundo, e em verso, marcados por um tom de subjectiva dolência e de forte invectiva social, Ângelo Jorge é-o também de outros textos em prosa, de inspiração doutrinal pan-espiritualista, e em verso, recortados por um tom de arrebatamento místico e de reconhecimento hínico pela transcendência da vida em si.

Quem escreve com a convicção teórica de que “[i]sso a que nós chamamos alma, ou seja, a faculdade que em nós existe de pensarmos e sentirmos, não é mais, afinal, do que um modo de ser, uma modalidade da Matéria – da Matéria una eterna, universal, indestrutível, única coisa de que nos é dado ter um conhecimento certo, imediato, indubitável” (1910: 38), ou quem considera, numa aproximação doutrinal às teses marxistas sobre a narrativa temporal da humanidade, que “[a] crítica materialista da História feita por Karl Marx[...] não encontrou ainda, que eu saiba, refutação formal” (1910: 26), ou ainda quem compõe estrofes como a da patética *Canção Macabra*, “Maldita seja a vida, irmã da Dor! / Bendito seja o

Suicídio irmão / Um fim a tudo isto ele há-de um dia pôr, / Trazer a paz ao meu chagado coração” (1903: 68), ou as do poema ímpio *Deus*, “Quem há-de pois chamar-te, oh Pai de Jesus Cristo, / A Suma Majestade, a Suma Perfeição, / Se tudo o que fizeste é isto, somente isto: / Matéria, esterco, pus, gangrena, corrupção?!” (1903: 66), é o mesmo autor que escreverá, com a vontade empenhada de inquirir directamente a origem sagrada e a verdade absoluta do ser, que “busc[a] a fonte dos verdadeiros conhecimentos na inspiração do Alto, na intuição de Deus, que não na falível ciência dos homens, no revolto mar de palavras dos livros” (1914a :7); é ainda o mesmo autor que, renunciando à teoria materialista da história, adopta o princípio da teoria idealista do conhecimento e da ética, segundo a qual “[a] nossa vida é a consequência directa e imediata da nossa forma de pensar, e cada qual é o autêntico e único obreiro e senhor do seu destino” (1914a: 9), chegando mesmo a poetizá-la, com zelo pedagógico e vontade prosélita, “São uma força imensa os nossos pensamentos, / Misteriosa força etérea, indestrutível, / Que igual à da Matéria, a todos os momentos / Se manifesta, e actua, e reage no Invisível. // Se pensar é criar, criemos a Ventura / Com nosso Pensamento, e morte ao mal-tirano! / Faça-se a luz e a paz sobre a terra escura! / Só o amor seja a Lei e seja o Soberano!” (1914a: 35-6), é, enfim, o mesmo autor que invectiva o ateísmo e sagra poeticamente Cristo como encarnação do amor divino: “ Oh Cristo, deus d’amor, oh Cristo, astro de luz, / Se o cego ateu repele a tua

divindade, / Ninguém ousa negar que do alto dessa Cruz / Ditaste a Eterna Lei a toda a Humanidade!” (1914a: 49).

Poder-se-ia falar de heteronomia, de construção intelectual de personagens literárias representativas de sensibilidades e traços caracterológicos antinômicos, não fosse outra a explicação para o caso intelectual e literário de Ângelo Jorge e que, a nosso ver, radica numa invariável representação utópica do mundo, motivada por diferentes convicções, da libertária à naturista, e interceptada por discretos sistemas de pensamento, do político ao espiritual. Mas de uma representação utópica que, nos seus traços essenciais, se entrevê como tendo a sua origem não apenas numa subjectiva reacção sensível às insuficiências do dado real e às injustiças da história, mas num auto-reconhecimento de tipo metafísico do sofrimento universal: “Só tédio e sofrimento o vasto mundo encerra: / Ódios em vez de Amor, em vez da Paz, a Guerra, / Em vez do Bem o Mal; / A imensa luta ingente a que chamamos Vida, / É a cristalização estranha, indefinida, / Da Dor Universal!...” (1908a: 31). E esta é a quarta aporia a assinalar, relativa agora ao próprio percurso biográfico de Ângelo Jorge e que se reflecte no processo de construção da sua obra literária, a aporia de um utopista que é solarmente conduzido pelo ideal do progresso histórico, pela realização do “ideal do Grande-dia // Dia d’amor, de bem, de paz e de justiça” (1908a: 52-3), mas que também é, pelo menos na sua fase mais desencantadamente rebelde, propenso à sombria e pessimista representação

do mundo que lhe é dado conhecer pela experiência que dele tem: “Encaro a Vida por um prisma escuro. / Com ar enfastiado e um gesto duro / Olho tudo em que pouso a ingrata vista. // Negras visões de louco fantasista? / Mas se há na terra tanto peito impuro, / Se esta vida é uma espécie de monturo, / Acaso ao Pessimismo há quem resista?” (1912c: 79).

Este pessimismo de raiz ontológica de Ângelo Jorge não tem porém consequências expressivas no conjunto do seu pensamento político e social, não se manifesta no plano da sua reflexão sobre a conduta ética e acção cívica, não é isomorfo de um pessimismo ideológico, fatalista – por ele, aliás, execrado e depreciado como marca da alienação colectiva e expressão do imobilismo “mais desolador e imbecilizante” (1910: 39) e que define a conduta histórica das “multidões”. Por paradoxal que se afigure, o utopismo polimorfo de Ângelo Jorge, a sua constante vontade de representar as condições sociais e gerais da vida humana por claves idealistas descentradas, ou mesmo simetricamente contrárias, em relação ao curso necessário da história, é, pelo menos nas suas origens, conjugável (se não mesmo co-essencial) com um pessimismo de ressonância shopenhaueriana. Não é, por isso, impertinente para a nossa linha de leitura assinalar esta tensa combinação de concepções doutrinárias, com raiz em duas atitudes mentais opostas de Ângelo Jorge, enunciada, entre outros exemplos possíveis, no soneto *A dor do pensamento*: “Penso na vida, nas paixões, na glória ... / Cismo no bem, na paz, na liberdade ... / Mas tudo à

minha volta é escuridade, / Quimera vã ... miragem ilusória ... // Sangue, traições e prantos – eis a História. / Ódio e perfídias – eis a Humanidade. / A Dor Humana a única verdade, / Por sobre o pó da vida transitória. // Ai do triste que em meio à cerração, / Olhos postos na Ideia que é seu guia, / Vai passando com alma e coração, // Tangendo hinos d'amor e rebeldia / Na lira sonora da Ilusão, / No carrilhão doirado da Utopia! ..." (1908a: 60). A “Dor Humana” aqui comunicada não é apenas efeito da verificação de que não há correspondência entre o desejo ideal do sujeito e o conhecimento objectivo da realidade, de que não há coincidência entre a vontade sublimadora da consciência e a representação desencantada do mundo; tal dor é mesmo assumida como o encargo inevitável de quem, inconformado com a sua onnipresença, a quer dissipar por recurso à “rebeldia” do amor e ao espírito lúcido da utopia. Daí que, para Ângelo Jorge, mesmo o da fase de simpatia pela teoria materialista da história e da teoria social anarquista, o modelo ou “símbolo eterno” do utopista seja representado pela figura de Cristo, “o meigo sonhador, o grandioso revolucionário [...] que, pela noite imemorial dos tempos, visiona a paz, sonha o bem, cisma na justiça universal e no universal amor” (1910: 105).

Ao eleger tão surpreendente modelo, Ângelo Jorge atribui uma vocação sacrificial, até mesmo redentora, à acção militante do utopista visionário, ou seja àquele que “numa ânsia desbordante de Verdade e de Justiça” experimenta uma “esfarpante impressão [por ter posto] de banda

mesquinhas convenções sociais, pequeninos preconceitos de família e de educação e [que], cheio do fogo sagrado de entusiasmo que a nítida compreensão de um ideal comunica aos seus adeptos, se deu a batalhar pelos que sofrem, pelas vítimas indefesas de toda a escravidão e de toda a iniquidade, contribuindo assim, quer pela pena quer pela palavra, para a reforma social, para a evolução progressiva da Humanidade” (1910: 7). Mais do que comporem um auto-retrato, estas palavras testemunham o sentido de missão que Ângelo Jorge, movido por um genuíno ideal de perfectibilidade individual e social, sempre atribuiu às causas que abraçou. No arco distendido da evolução doutrinária da sua obra, deparamos com marcas de uma invulgar e desarmante sinceridade de carácter, em busca irrequieta de alternativas de conduta humana e de projectos de ordenamento social conformes às sucessivas e diferentes respostas achadas no apelo abissal da sua consciência de utopista. Consciência que, no seu caso, não significou uma apercepção distorcida, irrealista, inconsequente ou mesmo frívola em relação aos planos do conhecimento e do agir. No seu livro composto a partir de cartas de amor, *Beatrice*, evocativo pelo sentido do título da imagem ideal que Dante concebeu do ser amado feminino, Ângelo Jorge, em síntese ousada de posições platónicas (quanto à rarefeita concepção ideológica que eleva a mulher a símbolo universal da criação da vida e da incarnação do amor virtuoso) e feministas (quanto à evoluída – ao tempo – concepção social que preconiza a igualdade dos direitos de

cidadania para ambos os sexos), dá conta, a dado passo, concretamente na carta terceira, do método de investigação adoptado por quem faz do conhecimento de si e do mundo um objecto permanente de estudo e uma razão para a vontade da acção transformadora: “A alma humana, sempre ansiosa e inquieta, sempre insaciável de luz e de verdade, não a satisfaz nunca a afirmação, embora rectilínea como um axioma, quando desacompanhada de argumentos e demonstrações, e em tudo e por tudo busca sempre investigar, ávida de novos mundos e de novos horizontes morais, o como e o porquê das coisas” (1909: 19-20).

De entre os “argumentos e demonstrações” que facultaram a Ângelo Jorge um princípio de explicação mais ou menos constante do “como e do porquê das coisas” e que o impeliram a deslocar-se para “novos horizontes morais”, isomorfos de “novos mundos” doutrinários e ideológicos, destacamos os que ele designou por lei da “associação e “lei natural”. No trecho de uma conferência acerca da necessidade da revolução social como condição para o estabelecimento de uma ordem social mais justa e humanamente superior, o então adepto anarquista, Ângelo Jorge, começando por discorrer em tom filosófico sobre as dinâmicas estruturações que manifestam os fenómenos naturais, deriva, a partir daí, para a ideia de que a formação das sociedades humanas, impelidas pelo instinto de sobrevivência, seguiram a mesma lei de associação congregadora: “Todos os fenómenos que ante nós se desenrolam, todas as

qualidades sensíveis das coisas e dos seres – as formas, as dimensões, os estados, os graus de solidez, a temperatura, o som e os sabores – são determinados e formados por uma associação de átomos que por sua vez se associaram em moléculas e que perpetuamente se dissociam para de novo voltarem a associar-se em miríades de combinações novas, nas sempiternas metamorfoses da Matéria. [...] Que são as sociedades humanas se não associações de indivíduos que prestam mútua e reciprocamente serviços, de indivíduos que se ligam para um fim comum: - a Vida?” (1910: 91-2). O propósito deste preâmbulo é explicar que uma mais perfeita organização social, “sem pressão material ou moral exercida por uns homens sobre outros” (1910: 96-7), só pode ser alcançada por uma tomada progressiva de consciência (o que, na tese do autor, implica um esforço individual de preparação e elevação intelectual e moral) dos grupos sociais economicamente espoliados (o que implica um esforço colectivo de organização confederada à escala universal) que os faça congregar em torno de um projecto grevista mundial, “de que a Revolução Social, segundo todas as probabilidades, será a consequência” (1910: 97). Para Ângelo Jorge, a lei geral da associação opera, portanto, em três discretos mas interdependentes níveis da realidade, constituintes de três níveis de explicação funcional: etiológico, na medida em que se constitui como o princípio que regula o “Pan-Existente” ou o dinamismo da vida material; teleológico, porque define a evolução da sociedade humana como

convergingo em uníssonos para uma “era da Liberdade” ou estágio último de realização fraternal; e político, uma vez que o advento desta “era” está determinado pela necessidade de cooperação dos protagonistas da “Revolução de todas as revoluções”, “a Revolução social”. Ora é justamente a ênfase colocada por Ângelo Jorge nesta lei geral da associação que permite compreender a evolução ulterior do seu pensamento no sentido do reconhecimento da unidade essencial da natureza e da vontade de sacralização do espírito vital que nela se manifesta.

A conformação com a “lei natural” é, como se disse acima, o outro argumento recorrente ou fórmula quase monista de Ângelo Jorge conceber a ordem desejável e idealmente necessária do curso da vida e da sua manifestação no plano humano. É assim que o seu conceito libertário de sociedade corresponde a uma espécie de restauração do estado primevo e inteiramente livre da vontade da natureza. A sua noção de harmonia social é pensada conforme a um modelo romântico e não-darwiniano da ideia do mundo natural em que a auto-determinação e a satisfação individual não conhecem constrangimentos nem geram conflitos, pelo contrário, são a expressão da plenitude da liberdade colectiva: “Deixemos, pois, que cada qual realize livremente a sua vida, segundo a trajectória a que as suas paixões livres, os seus desejos livres, os seus afectos livres, o seu pensamento livre – a sua livre maneira de ser, em suma – o determinarem. A vida, então, esplenderá natural e justa” (1908a: 20). A evolução

descontínua do pensamento de Ângelo Jorge, do sociológico/político para o naturista/terapêutico e deste para o místico/religioso, preservou a referência constante da ideia de natureza, fosse como imagem idealizada da harmonia da vida em sociedade - “A unidade social [...] realiza-la-á a Natureza com suas leis eternas, imutáveis universais.” (1908a: 20) – fosse como entidade providente, reguladora e dispensadora da saúde humana – “Há uma só doença no corpo humano: a infracção à lei Natural. Há um só princípio curativo na Natureza: a própria Natureza” (1912b: X) – fosse ainda como simulacro ou reflexo visível da unidade imanente e da inescrutável ordem eterna – “Homem, filho de Deus, levanta a fronte augusta! / Contempla o azul do céu, saúda a Imensidade! / Da Natureza observa Lei perfeita e justa, / Tu que trazes no seio a flor da Eternidade” (1914a: 57)

A utopia literária de Ângelo Jorge, *Irmânia*, redigida em pouco mais de um mês, entre 15 de Março e 26 de Abril de 1912, é uma síntese destas três posições, tal como se pode verificar pela epígrafe “Deus, Natureza, e Liberdade - Eis a Trindade”, aposta à folha de rosto da sua edição, correspondente ao XI Volume da Biblioteca Vegetariana, publicada sob a direcção da Sociedade Vegetariana de Portugal. Muito provavelmente, como se pode deduzir pela referência no cólofon ao local da sua composição, “Monte das Antas (Porto)”, Ângelo Jorge escreveu-a no “Instituto de Cultura Vital”, estabelecimento descrito como estando situado num “higiénico local [...] circundado de florestas magníficas, a

uma altura soberba, com vastos panoramas e muito ar oxigenado”. Instituto definido como “único no seu género e mesmo lá fora” (1912a: 43), importa reter a dimensão utopista do anúncio da sua criação, como “casa de paz, de fraternidade, de amor ao próximo”, e das linhas gerais de actuação do seu “director prático”, o próprio Ângelo Jorge, “infatigável propagandista dos princípios naturistas” (43), mentor de um plano visando “formar uma vasta doutrina filosófica e social de amor a Deus e à Natureza e de protecção prática, concreta pelos humildes, pelos desprotegidos, pelos que sofrem” (46).

É portanto no contexto do projecto, de contornos utopistas, de aplicação social da doutrina terapêutica naturista e dietética do vegetarianismo que se deve situar e compreender não só a publicação, em 1912, da utopia literária de Ângelo Jorge *Irmânia*, como do seu livro de carácter propagandístico, o quarto volume da mencionada Biblioteca Vegetariana, *A Questão Social e a Nova Ciência de Curar*, divulgador dos efeitos da aplicação do princípio da medicina homeopática *vis naturare medicatrix*, que sustenta que a doença é o meio pela qual a natureza procura erradicar qualquer perturbação ou desordem que ocorre no organismo. A aplicação prática dos princípios do naturismo/vegetarianismo, consubstanciada na criação do Instituto de Cultura Vital, mas também o enfoque ficcional, de que a novela naturista *Irmânia* é o exemplo, e a actividade propagandística, traduzida na

publicação de livros de divulgação do conteúdo daquela doutrina terapêutica e dietética e dos seus efeitos ao nível da saúde individual e colectiva, situam-se, portanto, na esteira das preocupações sociais e humanas de Ângelo Jorge e, de certa forma, pré-anunciam a sua evolução ideológica e existencial para o campo da espiritualidade.

Definida por Ângelo Jorge como uma “novela naturista”, a estrutura temática-compositiva de *Irmânia* configura o modelo de uma utopia literária, melhor dizendo, de uma eutopia ou utopia positiva – para sermos rigorosos no uso das categorias estabelecidas por dois estudiosos da fenomenologia do utopismo, Gregory Claeys e Lyman Tower Sargent –, isto é, de uma representação de sociedade imaginada por um dado autor de forma a ser lida pelo seu leitor contemporâneo como sendo qualitativamente melhor do que a sociedade em que ambos se situam historicamente (Claeys, Sargent 1999: 1). O esquema narrativo desta “utopia positiva” segue, aliás, o modelo clássico do género, constituído por uma sequência triádica de unidades diegéticas: (i) naufrágio imprevisível de uma dada personagem, que pode assumir o estatuto de narrador, e que ocupa a função de ser o representante do mundo conhecido; (ii) salvamento providencial da personagem do náufrago que logra chegar a uma ilha e ser acolhido pela comunidade humana que nela habita; (iii) integração nessa comunidade do náufrago que, na qualidade de visitante, vai progressivamente tomando conhecimento do sistema social e dos princípios

filosóficos que ordenam um certo ideal de convivência humana. Sendo a terceira destas unidades narrativas a que corresponde à descrição e caracterização de um modelo de sociedade ideal, a forma particular que exhibe em *Irmânia* é a de ser determinada por uma filosofia de vida alimentar vegetariana e naturista, forma esta que é subsumível a um dos paradigmas estruturantes do espírito da utopia, o eutópico-pastoral. A origem deste paradigma do pensamento utopista confunde-se, aliás, com a própria gênese da cultura literária idealizante do ocidente, espécie de síntese imagética-verbal entre a representação judaico-cristã do paraíso, o “estrato arqueológico mais profundo na utopia ocidental” (Manuel & Manuel: 33) e as representações greco-latinas de um *locus amoenus* de bem aventurança idílica, tematizadas sob a designação de *Ilhas Afortunadas*. Digamos que a representação literária em *Irmânia* do modo de vida colectivo integrado harmoniosamente na natureza – a eutopia pastoral – é uma reescrita de um tema antigo, caldeado pelo tema do primitivismo, que teve, como demonstra Jacques Barzun (2003: 18, 132-155), uma larga repercussão na tradição do utopismo literário da cultura ocidental. Também aqui, a propósito desta idealização literária da condição humana pré-civilizada se pode evocar um antecedente clássico, este associada ao início da Idade Moderna, concretamente a Montaigne e ao seu ensaio *Sobre os Canibais*, no qual, por efeito de ironia contra a corrupção dos costumes sociais seus contemporâneos, louva a supremacia moral da qualidade

espontaneamente benigna e inocente do modo de vida dos povos primitivos.

Toda a utopia literária, com maior ou menor grau de transparência ideológica ou com mais ou menos inflexão satírica ou distância irónica tem por génese e por princípio de razão suficiente o ser determinada pela consciência ontológica de um utopista. Daí o utopista Ângelo Jorge considerar a sua utopia literária *Irmânia* como a “síntese exacta e completa do que sou moral e mentalmente” e como existindo “realmente na minha Aspiração, no meu insofismável anseio de Bem e de Verdade” (1912a :VII). Daí, também, podermos ver na composição da personagem do náufrago Manfredo, o utopista que providencialmente encontra a sua ilha ideal, um *alter-ego* de Ângelo Jorge. Acrescente-se, no entanto, que as ressonâncias românticas do nome Manfredo nada têm do destino trágico nem dos compósitos e mediúnicos traços do carácter desregrado da personagem homónima que dá título ao poema dramático do genial poeta inglês Byron. A haver alguma subliminar intenção de Ângelo Jorge em evocar o nome de um sombrio e irredimível herói byroniano para a apor à personagem central e plana desta sua utopia positiva, ela deve ater-se tão-somente ao facto de o “moço náufrago” se assumir como um auto-proscrito da ordem social e ideológica dominante e encontrar na ordem indomável da natureza o espaço adequado à livre expressão do seu ser.

Certamente que Ângelo Jorge não tomou estas fontes eruditas para as incorporar como “mosaico de citações” na composição da sua utopia. Ele próprio declara, em tom de franqueza desconcertante no prefácio a *Irmânia*: “Eu desprezei sempre escolas e teorias de arte; não me preocupei nunca com artificiais regras de estilística nem com rançosos compêndios de literatura” (1912a: VIII). No entanto, é de algum modo digno de registo que sem ter podido beneficiar do diálogo com uma explícita e intertextual tradição do cultivo do género da utopia na literatura portuguesa, Ângelo Jorge tenha reproduzido na sua “obrasinha” o esquema clássico da organização estrutural dessa forma literária. Porém, com uma pequena variação estrutural, a de ser a personagem do naufrago visitante, Manfredo, a ocupar a função utopista principal, isto é a de ser o descobridor da utopia a desempenhar o estatuto de ideólogo dessa nova ordem social, como se o seu achamento em nada, ou pouco, tivesse alterado o desenho ideal da boa sociedade por si ansiada; por outras palavras, como se “a ilha misteriosa” descoberta mais não fosse do que a projecção reificada da vontade ideal consciente do seu descobridor, ou, invertendo a ordem dos termos, como se a coisa idealizada se tivesse conformado à medida do seu idealizador.

Atirado às areias de uma “Ilha desconhecida” (1912a: 13) de “clima temperado e doce”, Manfredo tomará conhecimento de que nela habita um “povo livre e feliz” (12), que não conhece nem a coerção à liberdade da conduta natural nem as agruras provocadas pelas paixões egoístas. Nela

vigora um regime sem autoridade política, sem “supremo chefe”, sem instituições modeladoras do carácter espontaneamente generoso dos seus íncolas, sem outras regras senão as ditadas pela autoridade moral, um “comunismo e individualismo entrelaçados [...], “comunismo pelo que dizia respeito à posse comum do solo, individualismo pelo que tocava aos frutos do trabalho pessoal” (47). Falando um dialecto neo-latino, cuja formação resultara do contacto entre a língua nativa insular e um idioma amalgamado novilatino introduzido por um ancião náufrago oriundo do “Velho mundo civilizado” (18) o povo deste “inérito País da Saúde e da Alegria” (19) teria ficado a dever a esse ancião a sábia fundação dos princípios pelos quais se regulava a fraternal convivência da Irmânia. Também neste ponto de *Irmânia* é possível assinalar o emprego de um dos operadores ou uma das categorias funcionais da sintaxe das narrativas de tipo utópico, o recurso à nomeação do sujeito fundador da boa comunidade (o Utopus na *Utopia* de Thomas More, o rei Solamona da *Nova Atlântida* de Bacon), o patriarca dispensador dos ensinamentos e dos princípios de governo da nova ordem social, identificado, neste caso, apenas como o “Velho Civilizado da Lenda” (86), cujo avatar e guardião da “íntegra e perfeita tradição irmanaica” é a personagem do velho Vegetus, o “cultivador individualista” e um dos interlocutores de Manfredo. As outras personagens pelas quais se organiza o tema e se ordena a sua progressão narrativa, Apolínio e Violeta e o seu pai, Herculino, concebidas, como se

pode facilmente inferir pelos respectivos nomes próprios, como tipos, se não mesmo como alegorias das ideias de beleza, graça e força, têm a função estrutural de protagonizarem situações de intercâmbio discursivo com Manfredo, propícias à articulação das suas digressões, discorrências e reflexões, seja por efeito de analepses seja por discurso directo, sobre a “ilha misteriosa e salubérrima” onde encontrara “a efectivação de todos os seus grandes ideais de fraternidade e paz” (84).

A personagem do náufrago visitante Manfredo, ao confundir-se com a voz enunciativa das virtudes e maravilhas do lugar visitado, ocupa, como vimos acima, a função narrativa que é geralmente atribuída nas utopias literárias à personagem anfitriã incumbida de introduzir o visitante na sociedade ideal. Nesta medida, Manfredo não sofre nenhum processo de transformação ontológica, nem de conversão ideológica, nem de iniciação ao conhecimento de um código regulador de uma ordem social desconhecida: limita-se a sufragar e a confirmar o que já prefigurara mentalmente. Os temas do vegetarianismo, do comunitarismo individualista, da emancipação feminina e da espiritualidade que vão sendo enunciados sequencialmente ao longo da narrativa e que definem a representação utópica da sociedade “irmanaica” encontram sempre no discurso da personagem de Manfredo a sua articulação apologética. Todos esses temas são, como procurámos demonstrar, enformadores do pensamento utopista de Ângelo Jorge. O seu encadeamento narrativo

parece reproduzir, assim, no plano ficcional, a própria evolução ideológica do seu autor, e, nessa medida, a construção desta utopia apresenta-se como um simulacro ou análogo da articulação das aporias que assinalámos a propósito da evolução do seu pensamento.

A última aporia que gostaríamos de assinalar infere-se do próprio final de *Irmânia*. Apesar de ter sido descrita como a imagem simetricamente contrária à sociedade histórica e contemporânea de Ângelo Jorge, como antítese do “País da ciência e da maldade” (21), e de ter sido caracterizada idealmente como a realização “exacta e rigorosa” de um “quarto reino superior da Natureza, o Reino Hominal, adentro da omnisciente Lei do Eterno Bem” (69), a sociedade insular da Irmânia ainda tinha de aprender com o representante da “Velha e Combalida Civilização”, Manfredo, que tratou não só de promover o ensino generalizado da língua francesa, por ser a de “uso quase universal” (93), como de iniciar um programa de fomento económico e de difusão do conhecimento científico. A última aporia é, portanto, a que decorre da descontinuidade estrutural entre a narração da história da *Irmânia* e a sua conclusão, isto é, entre a lógica de uma diegese que tem por objecto singular a representação positiva de um modelo estaticamente perfeito de sociedade fundado num regime frugal de comunhão harmoniosa com a natureza – a descrição apologética da ilha da Irmânia – e o desenlace dessa narração que contradiz tal modelo, ao admitir a sua transformação por via do acolhimento dado a

uma lógica, representada pelo magistério e acção civilizadora de Manfredo, atinente com a ideia de progresso e com a prevalecente confiança nos méritos do cientismo.

Aporias de uma obra e de uma narrativa utópica que, uma vez assinaladas, exprimem o reconhecimento das ambiguidades e metamorfoses associadas ao percurso ideológico, doutrinal e espiritual de Ângelo Jorge, que, através do seu alter-ego Manfredo, escreve quase a concluir a *Irmânia*. “Em cada ponto de vista, em cada postulado, havia, a juízo seu, uma parte de verdade e outra de erro; saber aproveitar aquela e rejeitar este, formando do todo a Suprema Síntese, eis a tarefa imensa a realizar, da qual só seria capaz um iluminado, um vidente, um santo, um génio” (94). Suprema Síntese, portanto, que figura uma realização ontológica excepcional meta-utópica para onde parece convergir o sentido da obra deste utopista, ciente de que a verdade não é unívoca nem conceptual e axiologicamente polarizável. Algo que já no seu livro de feição pedagógica *Ginástica Mental das Crianças* sobressaía, quando, discorrendo sobre as categorias do bem e do mal, e a propósito dos livros, preconizava que o aluno entre os cinco e os dez anos aprendesse o seguinte ensinamento de conteúdo gnómico: “Os livros são úteis como fontes fecundas de instrução para o espírito e para o coração; fornecem-nos a maior parte dos nossos conhecimentos e das nossas mais agradáveis distrações, pelo trato com os melhores espíritos. Mas os livros são

prejudiciais quando tenham sido escritos por homens ignorantes ou perversos, pois que nos podem dar falsas ideias e perverter o coração dos que não tenham a força de combater e repelir o mal” (1902: 119).

Obras Citadas

Barzun, Jacques (2003), *Da Alvorada À Decadência. De 1500 À Actualidade. 500 Anos de Vida Cultural Do Ocidente*, trans. António Pires Cabral, Rui Pires Cabral, Lisboa, Gradiva.

Claeys, Gregory and Lyman Tower Sargent (eds.) (1999), *The Utopia Reader*, New York and London, New York University Press.

Jorge, Ângelo (1902), *Ginástica Mental Das Crianças (Observação das Coisas E Dos Seres. Juízos E Raciocínios)*, Porto, Livraria Editora José Figueirinhas Júnior.

Jorge, Ângelo (1903), *Penumbras (Versos)*, Porto, Livraria Editora José Figueirinhas Júnior.

Jorge, Ângelo (1908a), *Dor Humana (Heresias Em Verso)*, Porto, Centro Literário Paz e Verdade.

Jorge, Ângelo (1908b), *Libertas! (Panfleto Em Verso)*, Lisboa, Edição do jornal “O Protesto”.

Jorge, Ângelo (1909), *Beatrice (Cartas De Amor)*, Porto, Livraria Editora Francisco Joaquim d’Almeida.

Jorge, Ângelo (1910), *Olhando a Vida (Apontamentos de Crítica Social)*, Porto, Livraria Editora Francisco Joaquim d’Almeida.

Jorge, Ângelo (1912a), *Irmânia (Novela Naturista)*, Porto, Sociedade Vegetariana de Portugal.

Jorge, Ângelo (1912b), *A Questão Social e a Nova Ciência de Curar*, Porto, Sociedade Vegetariana de Portugal.

Jorge, Ângelo (1912c), *Espírito Sereno (Lirismo e Sátira)*, Porto, Livraria Editora Francisco Joaquim d'Almeida.

Jorge, Ângelo (1914a), *A Visão da Eternidade (Poemeto Religioso)*, S.Paulo, Editora O Pensamento.

Jorge, Ângelo (1914b), *Gritos de Prometeu (Poemeto em Prosa)*, S. Paulo, Editora O Pensamento.

Jorge, Ângelo (1918), *Almas de Luz (Contos)*, Porto, Livraria Editora Francisco Joaquim d'Almeida.

Manuel, Frank & Fritzie, Manuel (1979) *Utopian Thought In The Western World*, Cambridge Massachussets, Harvard University Press.